



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A RIDICULARIZAÇÃO DO RIDICULARIZADO: O ALUNO DO CAMPO VISTO POR ELE MESMO

Leniram Rocha Carvalho*
(UESB)

RESUMO

Historicamente, as sociedades sempre estabeleceram padrões linguísticos aceitáveis, a norma culta ou norma-padrão representa prestígio social, embora se saiba que a língua deve servir como fator de aglutinação social e não de diferenciação ou discriminação. A norma culta pode-se afirmar como a variedade linguística usada pelas classes sociais privilegiadas de uma determinada comunidade. Essas variantes são marcas do linguajar do interior, caracterizando a variação linguística regional e nas celebrações, muitas vezes julgadas como folclóricas, servindo para sublimar uma diferenciação e diminuição do valor do homem do campo, colocando-o como ridículo e sem escolaridade fazendo-o destacar-se por ser tolo e digno de riso.

PALAVRAS-CHAVE: Padrão, discriminação, interior, campo

INTRODUÇÃO

Toda base de nossa sociedade colonial teve sua formação nos meios rurais. É indispensável considerar a nossa formação para que se entenda o porquê de, ao longo do tempo, nossa memória cultural, indireta ou diretamente, sentir-se ligada, por vezes de forma jocosa, a uma raiz rural caricaturizada.

Historicamente, as sociedades sempre estabeleceram padrões linguísticos aceitáveis, mesmo confirmando que a língua não é estagnada, que pode variar de

* Pós-Graduação Lato sensu em Educação, Cultura e Memória, Graduado em História pela UESB, E-mail: leniramrocha@gmail.com.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

acordo os costumes, os períodos, as regiões, identificando, assim, uma representação cultural daquilo que se pode ser usado ou não, diferenciando e sublimando as alteridades. A norma culta ou norma-padrão representa prestígio social, embora se saiba que a língua deve servir como fator de aglutinação social e não de diferenciação ou discriminação. A norma culta pode-se afirmar como a variedade linguística usada pelas classes sociais privilegiadas de uma determinada comunidade.

Essas variantes são marcas do linguajar do interior, caracterizando a variação linguística regional e nas celebrações, muitas vezes julgadas como folclóricas, servindo para sublimar uma diferenciação e diminuição do valor do homem do campo, colocando-o como ridículo e sem escolaridade. Fazendo-o destacar-se por ser tolo e digno de riso.

As comemorações celebradas em nossa sociedade fizeram surgir inquietações em torno da construção cultural e as representações dela resultante dentro das instituições públicas. Anualmente as festas juninas se apresentam como evento marcante, mobilizando alunos, professores, gestores e familiares na celebração de uma expressividade cultural já reconhecida como tradicional na região em análise. Os alunos se envolvem em quadrilhas juninas, incorporam vestimentas que simulam homens e mulheres simples da “roça”, adquirem formas de linguagem que substituem a norma padrão no escopo de se aproximar, ainda mais, do “homem catingueiro” e evidenciar a sua distinção, representam o casamento matuto e ornamentam a escola, tanto com simbologias típicas da festa, como também com músicas e culinárias específicas do cenário rural e apresentam um vínculo difuso com celebrações católicas.

A festa junina acabou configurando-se, também, numa mescla entre celebrações religiosas e construto popular de diversas origens étnicas, fato este que tornou os festejos juninos um resultado da intersecção de muitas identidades culturais. Exemplo marcante é a culinária, que pode ser concebida como uma típica “miscelânea da temperança da cultura nordestina, onde encontramos traços



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

culturais das raças negra, indígena e dos dominadores portugueses, que constituem a nossa história e uma das referências identitária da região.” (LUCENA, 2009, p. 24).

Embora a educação seja eminentemente urbana, composta por educandos majoritariamente residentes em suas mediações, a festa transporta uma identidade cultural tipicamente advinda de homens e mulheres simples do campo. O modelo de vida urbano é, portanto, momentaneamente interrompido para a celebração de uma identidade cultural outra que, como qualquer expressividade, contém visões de mundo específicas e posicionamentos de gênero, raça e classe próprios.

No cerne dos festejos juninos, meninos e meninas se caracterizam ao rigor do homem matuto da roça: as meninas com pintura extravagante, roupas destoantes e falar julgado incorreto, enquanto que os meninos com chapéu de palha, costeleta e bigodes mal feitos, pintura no dente simbolizando ausência do mesmo e andar trôpego. Essa representação caricatural, para alguns teóricos, ridiculariza o homem do campo, ratificando uma imagem imbecilizada e ingênua do mesmo. O filósofo Cortella (1998), por exemplo, salienta que as escolas raramente refletem sobre as condições que geraram a representação grotesca do homem do campo. Se existem falhas na sua dentição ou remendos destoantes em suas vestimentas, ocorrem devido questões de ordem social que precipitaram nessa lamentável situação. Para o autor, as festas juninas nas escolas ridicularizam a miséria e, por fim, conclui: “Não se trata de ficar fazendo ‘discurso político’ para as criancinhas (...), porém, não se pode omitir a realidade completamente e achar que a vida rural (sem reforma agrária) é uma delícia, festa contínua” (CORTELLA, 1998, p. 150).

Partindo do discurso acima mencionado, podemos deduzir que tais valores penetram o mundo de significados dos sujeitos que fazem parte dessa encenação caricata. Se a representação junina falseia a realidade do homem do campo, introduzindo uma leitura preconceituosa sobre o mesmo, logo, pela estruturação



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

das representações sociais, arrastada pela memória social, tais estigmas se perpetuam.

A visão estereotipada do matuto, roceiro, ingênuo, catingueiro pode ter raízes na história. As festas juninas, como já discorrido, foram muito associadas ao cenário rural e tal associação certamente justifica as concepções contidas no evento. No início do século XX o vertiginoso processo de industrialização urbanizou aceleradamente o Brasil. Tal modelo gerou uma migração em massa de sujeitos do campo para cidade, impulsionados pela percepção de que as zonas urbanas estariam no núcleo do desenvolvimento econômico. Nesse período, o sistema educacional tinha a empreitada de adequar essa mão-de-obra desqualificada que chegava aceleradamente nas cidades e a escola se situou no centro dessa tarefa, objetivando tornar o “homem embrutecido” do campo num trabalhador/consumidor rigorosamente de acordo com o projeto burguês de sociedade.

A visão do “desambicioso” homem catingueiro certamente traz implícita uma concepção burguesa sobre os avanços das cidades e do modelo de vida capitalista fundamentado no consumo em contraste com o estilo de vida rural pacato e atrasado. Essas representações podem ser mediadas por todo aparato ideológico do capital que contribui para legitimação de um cenário distorcido sobre o homem do campo e desprovido de reflexões críticas. Salienta-se que, mesmo tendo ocorrido dentro de um contexto histórico específico, tais significados podem transitar em diferentes gerações através da memória social. Nesse sentido, o espaço escolar, mediado pela memória, contribui para a perpetuação de conceitos e reprodução de ensinamentos sobre a “ridicularização da miséria” (CORTELLA, 1998, p. 149).

Por fim, é interessante observar que a escola, como espaço educativo privilegiado na sociedade contemporânea, admite o ingresso dessa manifestação cultural, fato este que acentua os possíveis ensinamentos dos textos culturais contidos na festa junina. As músicas, a encenação do casamento na roça, a



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

identidade cultural “matuta” podem ser vistos como textos culturais que contêm ensinamentos e, como tal, legitimam representações e insinuam condutas.

Atualmente, os festejos juninos ainda encontram forte apoio dentro da escola, até mesmo porque “as festas juninas passaram a ser uma das formas de inserção e diálogo da instituição escolar na comunidade para a qual ela existe” (CAMPOS, 2007, p. 593). A comunidade e os pais dos alunos estimulam as instituições na perpetuação desse evento e a escola tem nesse instante a oportunidade de trazer a sociedade para dentro do seu espaço.

Tendo essa constatação como embasamento, propomos a presente pesquisa, que se fundamenta na percepção da festa junina como uma expressividade cultural transportada pelo viés da memória social e que – pela oralidade e ritualismo – estão ancorados a contextos históricos específicos, possuidores de posicionamentos de classe e gênero, capazes de contribuir para a educação dos sujeitos. A festa junina, reproduzida pelas escolas, revela que os indivíduos aderiram a toda interpretação que lhe é típica, cujos valores sociais são transitados no curso da história e reproduzidos pelos grupos que com eles se identificam. Tais representações sugestionam significados na prática social de meninos e meninas que são convidados a ingressarem nesse “padrão de comportamento” aparentemente ingênuo, mas que é capaz de autenticar condutas e orientar sentidos, afetando as visões desses sujeitos que encontram na escola a oportunidade de (re) construir valores.

O problema de pesquisa que orienta esta proposta se situa em três eixos centrais: 1. De que forma a memória social permite o trânsito entre gerações das marcas sociais e ideológicas presentes nas festas juninas e que têm sido anualmente reproduzidas? Por meio dessa pergunta de pesquisa, busca-se analisar a memória social como veículo de trânsito de representações que, pela prática social, permite herdar condutas, valores e rituais que perpassam diversas gerações; 2. De que forma o trabalhador do campo é retratado na festa junina e de que forma que tal caricatura se vincula dialeticamente com os subsequentes



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

contextos históricos brasileiros? Por meio dessa questão, busca-se esquadrihar os significados contidos nos textos culturais, considerando os elementos agregados à festa junina, a exemplo das mensagens presentes na formação da quadrilha, o casamento na roça e demais símbolos como a culinária rural e a decoração – incluindo a vestimenta – que caracterizam o “matuto”, o roceiro. Nessa etapa, pretende-se analisar a forma como o trabalhador braçal do campo é compreendido, vinculando esta ideia ao cenário histórico de sua formulação; 3. Quais os efeitos desses posicionamentos de classe e gênero presentes na cultura junina para as representações sociais dos sujeitos hoje envolvidos? Através dessa pergunta de pesquisa, tem-se a possibilidade de observar os efeitos do conteúdo textual das festas juninas para as representações sociais dos sujeitos que estão sendo atingidos por esta leitura. Vinculada a esta questão, partimos da hipótese que: a festa junina (envolvendo as mensagens presentes na música, nas caricaturas que simulam o homem do campo, na quadrilha, no casamento da roça e demais símbolos) contém um posicionamento de gênero, de raça e classe social e, muito embora a extravagância apenas a inscreva num campo alegórico e lúdico, os textos musicados e os valores encenados corroboram para o posicionamento de meninos e meninas acerca de sua função dentro da prática social.

O trabalhador do campo, da forma como caracterizado na festa junina, tem sua identidade associada à exclusão social, cuja miséria não é elemento de debate e formação, mas se torna teatralizada para sua ridicularização. O trabalho, aqui entendido pela ontologia marxista, é ignorado para ceder lugar à visão pauperizada a partir da ótica capitalista excludente. O trabalhador braçal maltrapilho da festa junina é reflexo da expropriação de suas condições de inserção social, pela venda da sua força de trabalho, refém de um sistema excludente, baseado na acumulação de capital e exploração da classe trabalhadora. A representação caricatural do homem do campo contém elementos ideológicos em seu texto que expropriam as possibilidades de análise daqueles envoltos na sua pantomima, tornando-se manifestação cultural complacente com a degradação da



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

mão-de-obra braçal do campo, num reflexo fiel das novas formas de exploração capitalista que tiveram como substrato a perda da dignidade de muitos sujeito.

O modelo de industrialização tardia, baseada numa internacionalização compulsiva da economia, teve como resultado um vertiginoso processo de urbanização no território nacional. A ideia de “o Brasil do amanhã” ou “cinquenta anos em cinco” ilustrava os novos paradigmas de desenvolvimento econômico e sugestionava um novo ideal de homem trabalhador: urbano, disponível a vender sua força de trabalho, qualificado pela escola tecnicista e ideologicamente submisso à volúpia do capital (SAVIANI, 2010). Além de trabalhador, este novo parâmetro de brasileiro também se manifestava como consumidor em potencial, mergulhado na engrenagem do sistema e, portanto, parte do projeto burguês de sociedade brasileira para a segunda metade do século XX.

Aqueles que estavam fora desse parâmetro seriam, portanto, considerados excluídos de um progresso promissor que supostamente havia chegado. O homem caipira, então, veste a indumentária do retrocesso, sendo “enfeiado” pelos novos padrões de acumulação capitalista que aportara no Brasil.

Simultaneamente a este processo, ocorria o êxodo rural para grandes centros urbanos, fato que contrastava ainda mais as diferenças entre os espaços e desnudava o caipira como sujeito desonroso pelo seu olhar pouco ambicioso, pelo seu currículo pauperizado e por suas mãos calejadas, denunciado suas precárias possibilidades de inserção na hierarquia trabalhista. Ser “da roça” passou a ser elemento vergonhoso, pouco digno, afinal os índices de crescimento econômico, ostentados pelo governo no período do nacional desenvolvimentismo, demonstravam que as tendências estavam cada vez mais polarizadas pelos centros urbanos e pelo trabalho qualificado.

É nesse contexto que se justifica o intento desse trabalho, mostrar que a desigualdade social no país se acentua, aumentando os índices de marginalidade dentro das cidades e tragando as pequenas propriedades rurais pela volúpia do capital internacionalizado. O homem do campo se torna refém dos novos



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

paradigmas de crescimento econômico e, impossibilitado de adentrar dignamente nas novas perspectivas de empregabilidade, conformou-se com postos de empregos subalternos e precarizados.

Essa realidade cruel é satirizada nas festas juninas. O matuto, catingueiro, jeca tatu, é representado na quadrilha junina, fato que robustece a proposta de pesquisa que aqui trazemos.

A festa junina, como expressividade cultural, educa e traz em seu texto a encenação dessa realidade. A dicotomia entre trabalho braçal rural subalterno e trabalho intelectual urbano se torna parte integrante desse discurso, que como qualquer outro, educa e/ou deseduca. Ao associar o homem caipira maltrapilho, matuto e com mãos calejadas, os sujeitos têm suas representações sociais equalizadas à ideia sugestionada por esse texto cultural e, como tal, são educados por uma ótica embrutecida a partir da ideologia capitalista.

Em palavras conclusivas, é interessante observar que a expressividade cultural junina, como já mencionado, encontra-se amarrada a um determinado contexto cultural e político e, como supomos, contribui para a educação dos sujeitos, inferindo posicionamentos de classe e gênero. Assim, é pertinente lembrar que as representações sociais, embora formadas em determinados cenários históricos, trafegam no curso da história pelo mecanismo da memória e, portanto, apesar de não mais vivermos no período do nacional desenvolvimentismo, deve-se ponderar que as representações formuladas nesse período e expressas pela festa junina, se mantêm no discurso reproduzido pelas festividades e no imaginário dos sujeitos acerca de um ideal de homens e mulheres equalizados às demandas de um capitalismo cada vez mais internacionalizado por padrões homogeneizadores.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A MEMÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O campo da memória social tem sido privilegiado recentemente por diversas abordagens que reconhecem as representações sociais como uma construção histórica. É fundamentado nesta percepção que Rosa et al. (2000) compreende memória como sendo “representação do passado”, devido ao fato de que o funcionamento da memória social admite a comunicação e a convencionalização de elementos perpassados entre gerações. Além disso, é a memória social que também permite a existência de uma mútua relação de co-construção entre a identidade cultural coletiva e a identidade cultural particular, inscrevendo o sujeito numa prática social ampla.

Nesse sentido, estudar os significados coletivamente construídos na contemporaneidade requer debruçar sobre elementos que, concatenados no curso da história, aportaram na atual configuração. Também partindo desse pressuposto, Halbwachs (2006) debate sobre o caráter social da memória, afirmando que, mesmo as memórias individuais, sempre são fruto de uma construção social, cujo diálogo entre ambas se processa permanentemente, transitando características sociais entre gerações. É esta propriedade perpassante de representações pelo viés da memória que deve ser privilegiado na presente proposta de investigação. Em Halbwachs (2006, p. 104), a expressão utilizada é “fio da continuidade”, capaz de promover o ressurgimento periódico de paradigmas construídos em outros contextos.

E essa propriedade apresentada por este “fio da continuidade” no arranjo social, faz transitar, “não apenas os fatos, mas os modos de ser e de pensar de outrora que se fixam assim na memória”. (HALBWACHS, 2012). Em outras palavras, não se trata somente das narrativas de episódios significativos que podem trafegar através dos contextos históricos, as representações sociais outrora definidas, assentadas em um nexó próprio, podem se manter como orientadoras das ações, como inspiradoras de sentidos por gerações sucessivas. Ainda que não



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

se tenha total controle consciente de seus sentidos originalmente estruturantes, tais ideias perpassam tempos e parecem ilesas até certo ponto.

Como suporte teórico para essa discussão, fazemos uso da categoria “memória herdada” – ou “memória por tabela” – tratada por Michael Pollak (1992, p. 5). Para esse autor, a memória tem um distintivo transformável, pois, quando requerida pelo presente, transporta-se impregnada de ideologias características do seu diálogo com o contexto histórico em que o objeto memorado foi concebido. Pollak salienta que, muito embora a memória seja uma reconstrução do passado segundo elementos incorporados ao presente, existem componentes que lhe parecem “invariáveis”, com pontos “imutáveis” capazes de garantir a percepção da trama de relações sociais historicamente situadas num dado contexto do passado.

O autor ratifica a acepção de memória em Halbwachs, mas acrescenta que a memória individual se funda nos fatos vivenciados pessoalmente por aquele que rememora, e, também, é intuída pelo que ele chama de eventos “vividos por tabela”. A “memória por tabela” se refere à projeção na memória individual de fatos que não foram vivenciados pessoalmente, mas que afetaram, direta ou indiretamente, a coletividade à qual o sujeito pertence. A socialização gera um grau tão sofisticado de identidade com o grupo que o indivíduo assimila as memórias herdadas como se fossem emanadas de sua própria história de vida. Em outras palavras, o elevado teor de empatia com o coletivo torna difusa a possibilidade de discernir precisamente as linhas divisórias que separam a memória individual daquelas importadas “por tabela” dos grupos sociais que pertencemos. (POLLAK, 1992).

Nesse sentido, transpomos esta verificação ao objeto de estudo aqui sugerido ao entendermos que caracteres inerentes à própria sociedade têm a propriedade de trafegar por diferentes contextos históricos. Dessa forma, o sujeito, mesmo despercebidamente, pode apresentar representações sociais que contenham características formuladas em outra realidade histórica, representações estas que podem apresentar contornos condizentes com outros



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

cenários, mas que, dado ao elevado grau de identidade com o grupo no ato da sua transmissão, se manteve pouco alteradas no decorrer do tempo.

Se compreendermos cultura como “circulação social de significados” (FISKE, 1998) e reconhecermos que a escola se encontra imersa na prática social, logo se torna possível supor que a prática pedagógica é permeada de significados culturais historicamente construídos e coletivamente compartilhados. A escola, portanto, se torna espaço privilegiado onde significados são negociados e onde representações sociais são legitimadas. Assim, entendemos que os valores que mediam as relações entre os sujeitos envolvidos com a prática educativa recebem inferências diretas de valores socialmente definidos e representações arrastadas pelo mecanismo da memória social. Dessa forma, a educação – seja escolar ou não escolar – adentra a arena de disputa de significados e os valores circulantes em sua prática são construídos culturalmente e, portanto, reflete o embate de forças e seus saberes buscam formar identidades sociais específicas.

Para ilustrar o que ora debatemos, o autor Sá (2007) aponta uma instância de memória que parece pertinente ao que tratamos, trata-se das “memórias práticas”. As memórias práticas são, para ele, as mais externadas no cotidiano do sujeito, sendo muitas vezes involuntárias que vão desde o cumprimento de rituais religiosos até outras práticas sedimentadas no corpo e linguagem humana em seus usos cotidianos. Fazemos uso desta ideia no momento em que buscamos compreender a mera reprodução das roupas extravagantes e, simbolicamente simplórias das quadrilhas juninas, as encenações do casamento na roça reproduzidas dentro da escola ou, ainda, a grafia “Arraiá” tão frequentemente utilizada no espaço escolar. Embora a escola seja um espaço onde a cultura erudita parece se sobrepôr à popular, a “Festa dos Arraiá” – com sua grafia propositalmente errada – trás para a escola o tipicamente matuto, popular, ordinário, tornando-o significativo.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A ANCORAGEM DAS REPRESENTAÇÕES E DA MEMÓRIA SOCIAL

Outro conceito que merece relevância é o de ancoragem das representações sociais e da memória que as movimenta. Segundo Abric (2000), as representações sociais estão ancoradas ao extrato ou classe social que lhe deram origem. Essa constatação dinamiza o nosso conceito de representações sociais, abrindo perspectivas de estudos dialéticos aplicados aos significados socialmente construídos. Assim, se as representações sociais se ancoram a determinados contextos históricos, culturais e políticos; logo, a memória, como elemento mobilizador dessas representações também podem ser compreendidas como parte desta dinâmica, cujos condicionamentos econômicos e sociais que validarão as novas ou velhas experiências, num contínuo processo dialético que tornam as representações do passado ainda pertinentes para hoje ou dignas de serem superadas.

Para o objeto que aqui propomos essa observação é altamente necessária, visto que a festa junina contém posturas ideológicas ancoradas a determinados contextos sociais. O olhar estereotipado do trabalhador do campo, como um homem tosco, maltrapilho, inocente e ignorante muito se vincula à formulação sobre um ideal de trabalhador vigente no Brasil no período do nacional desenvolvimentismo (1930-1960).

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D. C. de (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2ª edição. Goiânia: AB, 2000. (pp. 27-38).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

- CAMPOS, J. T. **Festas juninas nas escolas: lições de preconceitos.** Educação e Sociedade, Campinas – SP, Vol. 28, n. 99, p. 589-606, maio/ago. 2007.
- CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, Cortez, 1998.
- FISKE, John. **Cultura Popular.** Revista Temas em Educação, n.6, p. 173-191, 1997. Disponível <http://www.edutransversal.pro.br/textos.php>. Acesso 27 de agosto de 2011.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Tradução: Beatriz Sidou. 2ª edição. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 8. ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.
- LUCENA, S. A. **O Maior São João do Mundo em Campina Grande - PB: um evento gerador de discursos culturais.** Cultura Midiática – Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa – PB. Vol. II, n. 1, jan./jun. 2009.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social: Estudos Históricos.** Tradução: Monique Augras. Rio de Janeiro, vol. 05, nº. 10, 1992.
- ROSA, A., BALLELLI, G & BAKHUST, D. Representaciones del pasado, cultura personal e identidad nacional. In: _____. **Memoria colectiva e identidade nacional.** Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. (pp. 41-87).
- SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. Autores Associados: Campinas – SP, 2010.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.